



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 116, DE 2007

Autoriza a criação de nova Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), na região norte do Estado do Mato Grosso.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a criar a trigésima-primeira Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), localizada na região norte do Estado do Mato Grosso.

Art. 2º A estrutura organizacional da nova unidade obedecerá aos mesmos moldes das demais, consoante o disposto nos Decretos nº 5.735, de 27 de março de 2006, e 5.928, de 13 de outubro de 2006.

Art. 2º O Poder Executivo Regulamentará esta Lei, no prazo de noventa dias a contar da data de sua publicação.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A notória e compreensível complexidade dos processos de regularização fundiária, aliada à expressiva mobilidade dos fluxos migratórios e à precariedade de condições dos recentes assentamentos em curso, tem contribuído, em muito, para a progressiva elevação dos indicadores de violência no campo.

A ocorrência constante de tais conflitos agrários vem chamando cada vez mais a atenção, tanto de órgãos e instâncias internacionais voltadas à proteção dos direitos humanos, quanto do Poder Público nacional em seus diversos níveis e competências.

Neste contexto, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), por intermédio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) dispensa especial atenção à coordenação e execução descentralizada das ações desta entidade autárquica nos estados, razão pela qual empreende uma permanente busca pelo aperfeiçoamento, disseminação e modernização administrativa de suas superintendências regionais.

Segundo estudos disponibilizados pela Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação e a Cultura (OEI) e corroborados pela Secretaria de Justiça e Segurança Pública de Mato Grosso, dos dez municípios com maiores índices de homicídios no País, quatro localizam-se no Mato Grosso, três deles na mesma região geográfica do Estado: Colniza, Juruena e Aripuanã, que ocupam, respectivamente, o primeiro, o terceiro e o quinto lugares neste lamentável ranking. São José do Xingu, na região do Baixo Araguaia, reforça as estatísticas.

Trata-se da alarmante cifra de quarenta e quatro homicídios dolosos por cada cem mil habitantes, conforme o último levantamento oficial -- com base nos números do Sistema Único de Saúde (SUS) ---, há três anos. A situação de lá para cá não mudou. A exemplo do que ocorre no vizinho Estado do Pará --- cuja situação de violência impõe, dentre outras causas de igual relevância, a existência de três superintendências regionais --- urge se institua pelo menos mais uma destas unidades no Estado do Mato Grosso, sob pena de que continuemos, passiva e negligentemente, a ver ceifadas centenas

de vidas inocentes, ante a omissão de não utilizarmos os meios que estão a nosso alcance. Eis o porquê de estar certo de contar com o solidário apoio dos colegas congressistas, na consecução dos objetivos de indizível alcance social e humano encerrados pela presente proposta.

Sala das Sessões, 16 de março de 2007.


Senador JAYME CAMPOS

LEGISLAÇÃO CITADA

DECRETO Nº 5.928, DE 13 DE OUTUBRO DE 2006.

3º, 11, 14, 15, 16 e 17 do Anexo I ao Decreto nº 5.735, de 27 de março de 2006, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA.

(Às Comissões de Agricultura e Reforma Agrária e de Constituição, Justiça e Cidadania, cabendo a última a decisão terminativa)

Publicado no **Diário do Senado Federal**, de 17/3/2007.